



**VELHICE EM TEMPOS TURBULENTOS: REFLEXOS DO  
NEOLIBERALISMO E DO NEOCONSERVADORISMO DURANTE A  
COVID-19**

***OLD AGE IN TURBULENT TIMES: REFLECTIONS OF  
NEOLIBERALISM AND NEOCONSERVATISM DURING COVID-19***

STHEFANE MONTEIRO PEREIRA

<https://orcid.org/0009-0001-7394-581X>

Mestranda em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS) pela UFAM  
[sthefanemonteiro@hotmail.com](mailto:sthefanemonteiro@hotmail.com)

ALICE ALVES MENEZES PONCE DE LEÃO

<https://orcid.org/0000-0002-9466-067X>

Doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia pela UFAM  
Professora Adjunta do curso de Serviço Social da UFAM  
[allicyponce@gmail.com](mailto:allicyponce@gmail.com)

**Resumo**

Embora a velhice seja uma conquista da humanidade, as pessoas idosas não encontram garantia de proteção social por parte do Estado, que tem reforçado a ideia de reprivatização da velhice, patentemente evidenciada no contexto da Covid-19. Por meio de uma revisão de literatura crítica, propomos uma reflexão teórica acerca dos efeitos da conjuntura neoliberal e neoconservadora sobre a vida das pessoas idosas no Brasil no contexto da pandemia da Covid-19. Na primeira sessão, debatemos o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo no Brasil. Na segunda, discutimos a Covid-19 e a produção de seus efeitos no aprofundamento da vulnerabilidade social. A terceira seção apresenta um panorama da situação das pessoas idosas no período crítico da pandemia da Covid-19 no Brasil. Entende-se que o retrocesso do Estado baliza o avanço de uma longevidade efetivamente protegida e com qualidade.

**Palavras-chave:** Pessoa idosa; Estado; Covid-19; Etarismo; Vulnerabilidade social.

**Abstract**

Although old age is an achievement of humanity, elderly people do not find a guarantee of social protection from the State, which has reinforced the idea of reprivatizing old age, clearly evident in the context of Covid-19. Through a critical literature review, we propose a theoretical reflection on the effects of the neoliberal and neoconservative situation on the lives of elderly



people in Brazil in the context of the Covid-19 pandemic. In the first session, we debated the advance of neoliberalism and neoconservatism in Brazil. In the second, we discussed Covid-19 and its effects on deepening social vulnerability. The third section presents an overview of the situation of elderly people in the critical period of the Covid-19 pandemic in Brazil. It is understood that the State's setback marks the advancement of effectively protected and quality longevity.

**Keywords:** Elderly; State; Covid-19; Ageism; Social vulnerability.

## INTRODUÇÃO

A pandemia da COVID-19 trouxe desafios sem precedentes para as sociedades ao redor do mundo, afetando diversos grupos populacionais de maneiras distintas. Dentre os grupos sociais mais vulnerabilizados, está a população idosa, considerada como grupo de risco, ou seja, como população vulnerável em caso de contaminação pelo vírus, com maior propensão de adoecer e morrer, mas, fundamentalmente, como um grupo exponencialmente vulnerabilizado pelo Estado neoliberal e neoconservador, sobretudo em países de capitalismo tardio e periférico, como o Brasil, em razão de sua negligência e omissão travestidas em discursos e práticas necropolíticas que denunciaram o desprezo à existência das pessoas idosas.

Antes da pandemia, as pessoas idosas já enfrentavam desafios significativos para a efetivação de seus direitos garantidos no Estatuto da Pessoa Idosa (2003) em razão da tendência de retração do Estado e do incentivo à reprivatização da velhice. No entanto, durante o período pandêmico, o descaso do poder público tornou-se ainda mais patente diante de um cenário social de forte vulnerabilidade biofisiológica e social dessa população.

No período anterior a 2020, o avanço dos serviços voltados a pessoa idosa dava o tom de que essa população ganhava protagonismo social, dando a impressão de que o preconceito etário tinha se tornado coisa do passado diante de uma imagem positivada da velhice e da pessoa idosa qualificadas como a “melhor fase da vida” e “melhor idade”, respectivamente. Aparentemente, o poder público parecia avançar na preocupação em garantir uma velhice digna às “pessoas da terceira idade”<sup>1</sup>.

Com o decreto da pandemia da Covid-19 e a constatação da insuficiência dos respiradores mecânicos e da falta de oxigênio que pudessem contemplar a todos que

---

<sup>1</sup> Ponce de Leão (2015) assevera que “terceira idade” se qualifica como uma categoria eufemística para substituir o termo “velhice” e a conotação depreciativa que dele emana.



demandassem a sua necessidade, autoridades governamentais passaram a definir critérios de prioridade entre a população para o uso desses mecanismos. No Brasil, a ordem do chefe de Estado-maior à época, o (ex) presidente Jair Messias Bolsonaro, era de que pessoas jovens, em idade economicamente ativa, pudessem ser contempladas por essas intervenções clínicas em detrimento de pessoas idosas com Covid-19, embora esse público fosse considerado exponencialmente mais vulnerável.

Como se não bastassem as práticas gerontocidas, os discursos necropolíticos não vinham apenas do ex-presidente, eram também protagonizados pela mídia, sobretudo por meio das redes sociais que veiculavam vídeos e *memes* que infantilizavam as pessoas idosas como rebeldes e débeis que precisavam de controle e tutela. Esse quadro denunciou a falácia da pseudovalorização da velhice e das pessoas idosas escancarando o fato de que não há lugar para essas pessoas nessa sociedade, considerando que supostamente elas já não têm serventia de nada.

Neste contexto em que as fragilidades governamentais foram expostas de forma cruel à sociedade, este artigo tem como objetivo investigar os impactos enfrentados pelas pessoas idosas durante a pandemia da Covid-19 no Brasil, buscando compreender os projetos societários em curso no país e as suas motivações subjacentes. Para alcançar esse propósito, é indispensável o conhecimento da realidade brasileira quanto ao surgimento e ascensão do neoliberalismo e neoconservadorismo na política econômica brasileira. Uma vez que a vulnerabilidade das pessoas idosas tornou-se evidente nesse período, torna-se essencial uma análise minuciosa que compreenda essa situação não apenas como um caso isolado na história do país, mas, sim, como parte de um contexto mais amplo e complexo.

Diante disso, o presente artigo se organizou em três seções distintas, desconsiderando a introdução e as considerações finais. Na primeira seção, propomos um debate sobre o avanço do neoliberalismo e do neoconservadorismo no Brasil que têm delegado a gestão da velhice prioritariamente como uma responsabilidade individual ensejada por um discurso corrompido de autonomia e independência que eufemisticamente camufla o preconceito etário e a desresponsabilização do Estado. Na segunda, situamos a discussão da Covid-19 e a produção de seus efeitos no aprofundamento da vulnerabilidade social de grupos socialmente marginalizados. A terceira e última seção apresenta um panorama da situação das pessoas idosas



no período crítico da pandemia da Covid-19 no Brasil destacando os discursos da necropolítica e as práticas gerontocidas.

Para a contextualização conceitual e histórica das correntes teóricas do neoliberalismo e neoconservadorismo no Brasil, foram utilizados autores como: Barroco (2015), Casara (2021), Harvey (2014), Keller (2019), para a problematização da pandemia da Covid-19, aplicamos as análises de Braz (2022), Costa et al. (2017), Henning (2020), e Marx (1867).

## **1. O AVANÇO DO NEOLIBERALISMO E DO NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL**

De acordo com Harvey (2014), o neoliberalismo é uma teoria política que se tornou hegemônica a partir da década de 1970 e moldou a forma de compreensão do mundo. Essa teoria defende a promoção do bem-estar humano através da liberdade individual empreendedora, com foco na propriedade privada, nos mercados livres e no livre comércio. O Estado desempenha um papel de estabelecer e preservar essa estrutura garantindo a integridade do dinheiro, a segurança e criando mercados conforme necessário, contudo, a intervenção estatal no livre jogo dos mercados deve ser mínima.

Casara (2021) afirma que com a ascensão do neoliberalismo, graças aos esforços dos detentores do poder econômico para limitar outras formas de racionalidade com viés antiliberal ou social, criou-se uma racionalidade neoliberal. Esta racionalidade traz consigo um novo conjunto de valores e normas que influenciam as ações humanas. Os valores e interesses do mercado se tornam fatores determinantes em todas as atividades humanas gerando divisões entre "desejáveis" e "indesejáveis", promovendo mudanças na sociedade, no Estado e nas pessoas. A racionalidade neoliberal transforma tudo e todos, simplificando a linguagem, reduzindo a diversidade cultural, afetando a cidadania e minando a democracia. O foco predominante é nos critérios econômicos e nos cálculos para buscar vantagens e lucros em todas as esferas da vida, causando a relativização da soberania popular e a confusão entre o poder político e o poder econômico.

No Brasil, o neoliberalismo se tornou uma política econômica estatal a partir da década de 1990, após a redemocratização, com governos de centro direita, como Collor e FHC, através da adoção de uma agenda importada de organismos internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. As medidas adotadas por esses governos tinham



como objetivo minimizar a intervenção do Estado promovendo privatizações e diminuindo a sua intervenção na economia para supostamente aumentar a sua eficiência. No entanto, essa abordagem excludente e minimalista exacerbou as desigualdades sociais no país impactando negativamente os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988. A política neoliberal foi conduzida em conluio entre os setores dominantes do capital<sup>2</sup> e o governo federal da época (Keller, 2019).

Anteriormente, a crise da acumulação do capital na década de 1970 levou ao surgimento de alternativas populares que ameaçavam as elites econômicas e as classes dirigentes em várias partes do mundo. Para se proteger, a burguesia nacional adotou o neoliberalismo <sup>3</sup>como alternativa, o que influenciou significativamente as políticas públicas e as dinâmicas sociais em âmbito global, refletindo-se em diversos contextos nacionais (Harvey, 2014).

De acordo com Barroco (2015), foi diante da crise da década de 1970 que o conservadorismo passou por um processo de reatualização, momento em que incorporou os princípios econômicos do neoliberalismo e deu origem ao neoconservadorismo, o qual manifesta um apoio predominante à ordem capitalista, buscando dismantlar o Estado social e os direitos sociais em prol a uma sociedade com um mercado livre de restrições.

Essa reatualização vai contra a premissa do conservadorismo clássico que, segundo Souza (2015), após 1789, surgiu como um conjunto de ideias e posições políticas fortemente contrárias à modernidade, manifestando-se de forma antimoderna, antirrepublicana e antiliberal, resumindo-se, em essência, como uma reação ideológica e política contra os progressos da modernidade, com uma clara oposição ao pensamento burguês.

Contudo, Keller (2019) refere que as ideologias liberal e conservadora apresentam muitas semelhanças na realidade brasileira, onde a transição para o sistema capitalista não ocorreu da mesma forma que nos países onde essas correntes surgiram. Suas fundamentações e grupos internos são distintos, levando a posicionamentos diversos em questões polêmicas da política contemporânea. Embora, originalmente, o conservadorismo tenha representado uma oposição ao liberalismo em países como França, Inglaterra e Estados Unidos, no Brasil, ambos

---

<sup>2</sup> Consonante Marx (2011), o capital é a forma predominante de propriedade e poder nos sistemas capitalistas, representado pelos meios de produção, como máquinas, fábricas, terras e matérias-primas, que pertencem a uma classe específica da sociedade.

<sup>3</sup> O conceito de neoliberalização refere-se ao processo de disseminação e implementação de políticas econômicas e sociais neoliberais em escala global. (HARVEY, 2014).



os grupos compartilharam objetivos e partiram do mesmo ponto, considerando que os senhores de escravos se transformaram na futura burguesia<sup>4</sup>.

Diante dessa conjuntura, a correlação entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo é um tema de relevância no contexto ideológico brasileiro, pois ambos encontram acolhimento junto às classes dominantes do país a ponto de aparentemente se fundirem e serem adotados por muitos brasileiros que se identificam com a orientação política de direita. Essa simpatia mútua e sobreposição das ideias destas correntes políticas, desde o seu surgimento no país, instiga um aprofundamento analítico no campo de estudo brasileiro.

Desse modo, Barroco (2015) defende que o neoconservadorismo na sociedade brasileira é perpetuado pelas elites promovendo “valores tradicionais” como o racismo, o preconceito de classe e a aversão ao comunismo. Em conjunto, a acumulação capitalista e o neoliberalismo, por meio da exploração, dominação, desigualdade e violência contribuíram para a reprodução de uma realidade social marcada pela barbárie, refletida em ideias, valores e comportamentos.

Contudo, após esse processo de inserção do neoliberalismo acompanhado da ascensão do neoconservadorismo no Brasil, Keller (2019) entende a era dos governos petistas de esquerda de Lula e Dilma entre os anos de 2003 a 2016 como um período de neodesenvolvimentismo<sup>5</sup>, que não rompeu completamente com o neoliberalismo anterior. Houve avanços sociais, mas os pilares da economia de mercado foram mantidos. O esgotamento desse modelo, com protestos, desaceleração econômica e escândalos de corrupção levou ao fortalecimento do movimento reacionário à esquerda, culminando na destituição de Dilma em agosto de 2016. Assim, a proposta neodesenvolvimentista não confrontou as contradições do sistema capitalista, contribuindo para seu próprio declínio.

Após o golpe<sup>6</sup> sobre Dilma, com a ascensão de Temer ao poder (2016 – 2018), o Brasil experimentou uma democracia vigiada, com violações de privacidade por escutas e monitoramento e uma lei que legitimou a opressão. Os doze anos de governo petista não

---

<sup>4</sup> Segundo Marx (2011), a burguesia é a classe social dominante no sistema capitalista. Essa classe é composta pelos proprietários dos meios de produção, como fábricas, terras e máquinas, que possuem o capital necessário para investir na produção e gerar lucro.

<sup>5</sup> De forma geral, o neodesenvolvimentismo é uma abordagem que busca promover o desenvolvimento econômico com base em uma combinação de políticas econômicas ativas, intervenção estatal e preocupação com a inclusão social.

<sup>6</sup> Para Veroneze (2017) “Dilma ficou refém do grande capital e enfrentou a traição do vice-presidente Michel Temer. Foi crucificada, massacrada e, finalmente, retirada do poder. O golpe, maquiavelmente arquitetado, culminou com a ascensão de um governo que vem derrubando direitos sociais e aplicando medidas impopulares.”.



conseguiu enfrentar a hegemonia midiática da burguesia e acabou sendo afetado pela corrupção e pelo dismantelamento dos Estados. O governo de Temer gerou instabilidade política e desmonte das políticas públicas enquanto o poder judiciário deu aparência de legalidade ao golpe e reprimiu violentamente estudantes e movimentos sociais que resistiram contra o neoliberalismo ultraconservador (Veroneze, 2017).

É em vista desse cenário que o governo de Bolsonaro foi eleito vitorioso em 2018 e assumiu o poder em 2019. Desde então, as condições econômicas, sociais e políticas favoreceram o fortalecimento de uma ideologia que se relaciona com a convergência entre o neoliberalismo radicalizado e o neoconservadorismo reacionário, unificando os interesses das diversas frações do capital em uma pauta econômica antipopular e antinacional. Esse governo teve um impacto devastador na sociedade brasileira deixando um legado de destruição em diversos aspectos da vida social, como a questão ecológica, a insegurança alimentar, o desemprego, a política externa e, especialmente, a situação sanitária. A má gestão da pandemia da Covid-19 resultou em um alto número de mortes evitáveis, ilustrando o retrato trágico do governo Bolsonaro (Braz, 2022).

## **2. A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL E OS SEUS EFEITOS SOCIAIS**

Em dezembro de 2019, a OMS (Organização Mundial de Saúde) foi informada sobre casos de pneumonia em Wuhan, China, causados por um novo tipo de coronavírus. Este coronavírus, chamado SARS-CoV-2, é responsável pela doença conhecida como Covid-19. Em janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus era uma emergência de saúde pública de importância internacional. Em razão da rápida propagação do vírus, em março de 2020, a OMS classificou a Covid-19 como pandemia, reconhecendo que a doença estava se espalhando globalmente, independente de sua gravidade (OPAS, 2023).

Após um período de mais de três anos, considerando o início da pandemia da Covid-19 em março de 2020, a OMS anunciou em maio de 2023 que o vírus não representa mais uma ameaça sanitária internacional, encerrando oficialmente a crise. Estima-se que aproximadamente 20 milhões de pessoas tenham perdido a vida e 800 milhões tenham sido oficialmente infectadas desde o início da pandemia da Covid-19.

A disseminação do vírus desencadeou uma situação sem precedentes, resultando em altos índices de pobreza e desemprego ao redor do mundo, revertendo avanços sociais



conquistados ao longo de décadas. No Brasil, com um presidente que adotou uma postura negacionista diante das recomendações dos organismos mundiais de saúde, a doença ceifou a vida de mais de 700 mil pessoas, colocando o país entre os mais afetados em termos de contaminação a nível global (COFEN, 2023).

Embora a pandemia tenha atingido a todos, sem exceção, nem todos estavam no mesmo barco. Os efeitos sociais da Covid-19 foram devastadores sobre grupos já considerados socialmente marginalizados/excluídos, como mulheres, pessoas idosas, a população LGBTI+, negros e indígenas. O aumento da produção de violências, sofrimento psíquico, desemprego, sobrecarga de trabalho e descaso sanitário são algumas das manifestações que se agudizaram sobre a vida e as condições de vida desses segmentos sociais. Nesse sentido, Braz (2022, p. 21) refere que:

A pandemia, além de ceifar a vida de mais de 680 mil pessoas no país, escancarou nossas desigualdades, que vêm aumentando e nos colocando em patamares regressivos, que remontam, no caso da fome, aos anos 1990. Tal cenário, que exacerba as formas de pauperização absoluta, se aprofundou. Isso se reflete dramaticamente nas políticas públicas, especialmente voltadas para os segmentos mais vulneráveis, sem prejuízo dos direitos universais consagrados na Constituição de 1988: a juventude, principalmente negra, que vive sob precária educação, crescente desemprego, cada vez mais, a violência policial do Estado; os trabalhadores e trabalhadoras envelhecidos numa sociedade que, num futuro bem próximo, será composta massivamente por eles e elas; as mulheres, principalmente as negras, que estão na base da pobreza e no topo da violência; entre outros segmentos empobrecidos da população.

O descaso governamental das políticas de proteção social nesse período expôs esses grupos sociais a situações de calamidade e de ameaça à própria vida. Henning (2020) argumenta que a inércia na resposta governamental brasileira durante a pandemia da COVID-19 em fortalecer o sistema de saúde, a lentidão na liberação do auxílio econômico para os necessitados, o aumento dos casos de feminicídio, a violência doméstica contra às pessoas idosas, a persistência dos assassinatos racistas cometidos por agentes do Estado nas periferias e a intencional negligência do governo federal em relação às favelas, periferias, quilombos e povos indígenas são fatos evidentes e impossíveis de serem ignorados.

Deparamo-nos com um cenário preocupante que demandava a expansão das políticas sociais, mas o que tínhamos pela frente não era nada promissor. Os espaços democráticos se curvavam ao poder do grande capital limitando as opções políticas. Países e estados





encontravam-se obrigados a seguir uma agenda de austeridade rigorosa resultando em ruína e miséria para a sua população.

Essa situação se agravava diante de manifestações da questão social<sup>7</sup> em uma conjuntura regressiva enquanto o governo da época, liderado por um político profissional, defensor da antipolítica, enriquecia de forma questionável e impulsionava um projeto político radicalmente favorável ao grande capital, sob a gestão de um fundamentalista neoliberal no Ministério da Economia durante o governo Bolsonaro (Braz, 2022).

Consonante as formulações de Marx (2011), é possível compreender que este cenário decorre da limitação das opções políticas na sociedade capitalista derivada da influência do poder do grande capital nos espaços democráticos. Esse poder restringe a possibilidade de mudança social e perpetua as desigualdades inerentes ao sistema. As relações fetichizadas<sup>8</sup> de troca de mercadorias ocultam as verdadeiras relações de poder e exploração presentes no sistema capitalista.

Essa “fetichização” contribui para a manutenção da dominação dos proprietários dos meios de produção sobre o sistema político e econômico moldando suas estruturas de acordo com seus interesses e perpetuando a concentração de riqueza e poder nas mãos de uma minoria privilegiada enquanto grande parte da população, composta pelos trabalhadores, é relegada a uma posição de vulnerabilidade e dependência.

Ao buscar garantir a acumulação de capital durante uma crise sanitária que englobava uma crise tanto econômica quanto político-ideológica, o governo de Bolsonaro minimizou o papel da biopolítica, que conforme Reis (2021) descreve, é uma forma de poder e administração que abrange não apenas a vida humana, mas também a gestão da população e da sociedade, considerando seus elementos biológicos e existenciais. Essa abordagem se estende para além do âmbito individual, abrangendo toda a comunidade e sociedade em questão. A negligência por parte do governo revela uma lacuna no entendimento da complexidade dessas dinâmicas políticas e sociais interligadas.

---

<sup>7</sup> Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

<sup>8</sup> Para Marx (2011), o termo "fetichizadas" refere-se à característica das mercadorias na sociedade capitalista de adquirirem uma aparência de possuírem um valor intrínseco e independente das relações sociais subjacentes que as produziram.



Dessa forma, esse cenário viabilizou a ascensão da necropolítica, conceituada por Casara (2021) como uma prática política sofisticada que não apenas busca o controle social e político, mas atinge esse objetivo por meio do sacrifício intencional de grupos específicos. Essa abordagem estratégica não apenas conduz à morte, mas também impõe condições precárias, consolidando um modelo que vai além da gestão da vida para abraçar uma governança que amplia sua influência sobre o próprio espectro da morte. Isso delinea uma dinâmica política intrínseca à fragilização e à desumanização seletiva de determinados segmentos populacionais, essencialmente determinando quais vidas são consideradas passíveis de serem sacrificadas e quais são reconhecidas como dignas de existência.

Nessa perspectiva neoliberal, desprovida de sensibilidade social, a vida das camadas mais vulneráveis da população, como trabalhadores, pessoas idosas e comunidades de baixa renda, foi negligenciada em prol de uma pequena parcela da burguesia, abarcando setores financeiros, comerciais e agroindustriais, que se alinhavam ao governo por razões políticas e econômicas. As manifestações negacionistas e as medidas opostas adotadas pelo Presidente Bolsonaro, como resistência ao isolamento social, *lockdown*<sup>9</sup>, vacinação e a adesão a tratamentos médicos não reconhecidos pelas autoridades de saúde, tiveram um papel progressivo na produção da crise sanitária que assolou o país desde o início de 2020 (Reis, 2021).

Assim, a crise global da COVID-19 revelou as consequências das políticas econômicas neoliberais, como a privatização e o desmantelamento dos sistemas de saúde, que causaram mortes e agravaram o sofrimento da população. Ao privilegiar os interesses do mercado em detrimento do interesse público, este conjunto de políticas neoliberais promove a concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população fica excluída do acesso a bens e serviços básicos. A conexão entre neoliberalismo e necropolítica se tornou mais evidente durante a pandemia da Covid-19, no entanto, muitas pessoas não percebem a conexão entre o aumento de mortes e as escolhas políticas influenciadas pelo neoliberalismo devido a uma camuflagem que obscurece esses mecanismos e políticas, fazendo-as parecerem naturais e inevitáveis (Casara, 2021).

---

<sup>9</sup> Bloqueio total ou confinamento.



### **3. O TRATO À VELHICE E A PESSOA IDOSA NO CONTEXTO DA PANDEMIA NO BRASIL**

O preconceito contra a pessoa idosa ainda é um problema social constante na realidade brasileira, que baliza o avanço dos direitos legalmente constituídos no Estatuto da Pessoa Idosa (2003). Apesar da discursividade midiática e política de posituação da velhice e da pessoa idosa, a conjuntura neoliberal e neoconservadora denunciou, durante o período mais agudizado da pandemia da Covid-19, a face mais cruel do não-lugar dos velhos na sociedade.

Práticas governamentais consideradas gerontocidas, como reformas previdenciárias, privatização do sistema de saúde, discursos discriminatórios e a ausência de medidas estatais para proteção, efetivamente relegaram a população idosa a um estado de sacrifício institucionalizado a olho nu. Tais ações e políticas buscaram de forma incisiva afirmar que a vida das pessoas idosas não era significativa, tratando-os como meros obstáculos para a eficiência da máquina pública, priorizando os jovens como peça central na engrenagem vital do sistema capitalista. Esse cenário de desprezo, embora tenha sido intensificado durante a pandemia, já estava em curso mesmo antes dela (Henning, 2020)

É o que Debert (1999) refere ao abordar o conceito da reprivatização da velhice, no qual a ideia de que a experiência de envelhecer é, em grande parte, determinada pelo controle individual de cada um, eximindo assim o Estado e a sociedade de responsabilidades nesse processo. Há uma pressão quase imperativa para adotar comportamentos, sentimentos e uma identidade juvenil, ignorando completamente as inevitáveis perdas associadas ao envelhecimento. A sociedade tende a valorizar mais os idosos autônomos e capazes, enquanto os idosos incapazes são frequentemente negligenciados.

Esse panorama decorre do fato de que no contexto do capitalismo globalizado e do acirramento das desigualdades sociais, os velhos trabalhadores são párias da sociedade (Beauvoir, 1990) padecendo em contextos de pobreza, vulnerabilidade social e exclusão. Nessa ordem societária, os indivíduos são categorizados no binômio valorização/desvalorização a partir do critério cronológico. Assim, valoriza-se a juventude pelo seu vigor e disposição enquanto menospreza-se a velhice, pelo arrefecimento das capacidades biofisiológicas.

Esse fenômeno, resultado da individualização na era moderna, estabelece uma ordem cronológica para as diferentes fases da vida afetando diversos setores da vida social, incluindo o sistema de produção. Durante a velhice, são naturalizados preconceitos, dogmas e mitos que



reforçam a desvalorização das pessoas idosas com base em suposições infundadas sobre a sua capacidade produtiva (Costa et al., 2017).

Teixeira (2008) refere que sem valor de uso para o capital, os velhos trabalhadores são descartados e sucumbem em condições precarizadas de vida, restando-lhes a administração de suas necessidades nas mãos das políticas públicas do Estado ou sob a gestão do cuidado familiar e/ou filantrópico. Ao atingir determinada idade, o sujeito é declarado socialmente velho e ganha o estatuto social de inutilidade e dependência tornando-se ônus para o sistema de saúde, previdência e assistência social.

Essa perspectiva está em conformidade com a teoria social de Marx (2011), segundo a qual delinea que no sistema capitalista, o valor atribuído às pessoas está frequentemente ligado à sua capacidade de trabalho e produtividade. Consequentemente, a pessoa idosa — o velho proletário<sup>10</sup> — é considerado um indivíduo que, ao atingir uma idade em que não pode mais contribuir diretamente para a produção de mercadorias, perde sua relevância dentro da lógica capitalista e, consequentemente, para a sociedade como um todo, uma vez que a produtividade é o fator nucleador da valorização social humana.

Conforme destacado pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2023), a conjuntura política – neoliberal e neoconservadora – na qual a pandemia da Covid-19 aportou no Brasil evidenciou a fragilidade dos sistemas de saúde no suporte à população idosa e na devida consideração de suas necessidades específicas, o que ressaltou a importância de enfatizar as necessidades e vulnerabilidades do segmento populacional idoso no que diz respeito ao seu direito fundamental à saúde e a convivência intergeracional.

Henning (2020) argumenta que, durante a chegada da pandemia ao Brasil em 2020, os discursos do ex-presidente Bolsonaro desconsideravam a importância das pessoas idosas, retratando-as como um "fardo social" e minimizando sua relevância, ao mesmo tempo em que estimulava a falta de proteção por parte do Estado. Essa abordagem discursiva também era perceptível entre seus aliados no governo.

Neto (2020) relata que, durante o início da epidemia de Covid-19, a chefe da Superintendência de Seguros Privados (Susep), Solange Vieira, teria proferido a seguinte declaração em uma reunião com integrantes do Ministério da Saúde: “É benéfico que as mortes

---

<sup>10</sup> Marx (2011) define "proletário" como a classe trabalhadora que não possui meios de produção e precisa vender sua força de trabalho para sobreviver. São os trabalhadores assalariados que não têm controle sobre o processo produtivo, pois não possuem propriedade dos meios de produção.



se concentrem entre os idosos. Isso contribuirá para melhorar nosso desempenho econômico, ao reduzir nosso déficit previdenciário.” O ex-ministro da saúde, Nelson Teich, também sustentou, na época, que não seria vantajoso “investir” na vida dos idosos, destacando a preferência por direcionar recursos para salvar um adolescente, argumentando que o adolescente teria “uma vida inteira pela frente”, enquanto a pessoa idosa poderia estar no final da vida. Essa abordagem resultou em graves violações dos direitos humanos dessa população, que se sentiu tratada como cidadãos de segunda classe e privada do direito à saúde.

Até então gravitava-se em torno das pessoas idosas o espectro de uma pseudovalorização social que as concebia dentro de um protagonismo social mediado pela ideia de atividade e dinamismo. A velhice, então, passou a ser depurada de sua conotação negativa associada à ideia de doença e morte para se tornar “a melhor idade”. No estado crítico da pandemia, diante da crise do sistema de saúde, tiveram que decidir quem teria o direito de viver e quem deveria morrer. Nesse momento, ficou patente porquê o critério dessa escolha não priorizava a população idosa. Nesse sentido, também reflete Henning (2020, p. 151-152):

A vulnerabilidade de velhas e velhos em nosso país já seria de cortar o coração se considerássemos somente o risco de contaminação com o vírus em si, mas tais formas cruéis de administração necropolítica criam abertamente práticas de saúde eugenistas. As discussões sobre “critérios” para priorização de pacientes em UTIs superlotadas quase sempre estabelecem um a priori de que a idade é um dos principais fatores em jogo. Torna-se um dado inquestionável que os mais jovens deverão ser priorizados quanto a leitos e respiradores em caso de lotação ou falta de equipamentos disponíveis para todos. E é raro encontrar questionamentos críticos na arena pública do tipo: quem estabeleceu esses critérios? Quais são as suas bases? Quais são os seus efeitos? Como chegamos a esse tipo de concepções tão absolutamente gerontofóbicas? Em um contexto pandêmico a Constituição Federal de 1988, a Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei 10.741/2003), os quais regulamentam os direitos de pessoas na velhice e proíbem a discriminação por idade se tornam sem efeitos, suspensos, negociáveis?

A pandemia da Covid-19 foi o rito de eliminação dos velhos em uma sociedade onde os velhos são tolerados apenas como estrato de consumo. Assim como no filme *A balada de Narayama (1983)* em que os velhos que completassem 70 anos deveriam ser levados a uma montanha para serem sacrificados pelo frio em nome da sobrevivência dos seus parentes mais jovens que viviam em uma comunidade marcada pela escassez de alimentos, a Covid-19 mostrou que os velhos deveriam ser sacrificados pela não priorização dos respiradores para que as pessoas jovens, economicamente produtivas, pudessem sobreviver.



A recomendação do isolamento social foi desincentivada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro que estimulava as pessoas adultas a voltarem presencialmente aos seus postos de trabalho como forma de movimentar a engrenagem da economia, mesmo dentro de um contexto em que não havia previsão de produção das vacinas.

Com isso, as pessoas idosas, que passaram a conviver com os seus filhos adultos e os netos, tornavam-se ainda mais suscetíveis a contaminação pelo vírus. Para o presidente, a solução era “cada família tem que botar o vovô e a vovó lá no canto e é isso. Evitar o contato com eles a menos de dois metros. E o resto tem que trabalhar, porque tá havendo uma destruição de empregos no Brasil”.

Essa forma de disciplinamento das pessoas idosas recomendada pelo ex-presidente, conforma as pessoas idosas como crianças que precisam ser tuteladas ou a animais que precisam ser domesticados. Nesse sentido, Schuch, VÍctora, Siqueira (2021, p. 151) afirmam que:

Em um país desigual como o Brasil, em que as políticas de gerenciamento da pandemia têm enfatizado ações de proteção à economia e o incentivo moral ao isolamento social, a conformação da noção de grupo de risco suscita discursividades públicas e exclusivos programas de restrição da circulação para o grupo de idosos em que o *cuidado* com essa população se mimetiza em *controle* e regulação das condutas. Tais modos e regulação das condutas produzem sensibilidades que acentuam a produção política da velhice como associada à falta de autonomia, incapacidade e dependência, contrapondo-se a vertentes contemporâneas que privilegiam os esforços de autoprodução de um envelhecimento ativo, autônomo e independente. [*grifos das autoras*]

O cerceamento da liberdade de ir e vir nem sempre foi bem compreendida pelas pessoas idosas que estavam acostumadas a frequentar circuitos sociais e a relacionarem-se com outras pessoas de seu grupo etário, comportamentos estimulados no âmbito da gestão contemporânea da velhice. Com a necessidade do isolamento social, essas pessoas precisaram retornar ao ambiente privado, o que contribuiu para o desencadeamento de adoecimentos psíquicos.

A dificuldade de compreensão da recomendação sanitária do isolamento social levou ao entendimento de que a pessoa idosa era rebelde e teimosa. Em torno disso, criou-se uma moralização midiática que debilitava a pessoa idosa em *memes* como o de um caminhão chamado “cata velho” que recolhia pessoas idosas que transitavam nas ruas para levarem-as de volta para casa e vídeos como de velhos falando palavrões ao serem flagrados pelos filhos tentando pular as grades de casa para irem para a rua e outros de pessoas idosas fazendo gestos obscenos aos filhos quando censurados por estarem na área externa da casa andando.



A produção do estereótipo de um velho teimoso, sem capacidade de discernimento dos riscos e que pode e deve ser corrigido por mecanismos disciplinares aprisionadores conta uma história única sobre velhice, associada a incapacidade e dependência (Schuch, Víctora, Siqueira, 2021, p. 150).

Com isso, o velho preconceito às pessoas idosas, até então aparentemente superado, ressurgiu escancaradamente de forma atroz, jocosa, banalizada e risível, reafirmando o não-lugar dessas pessoas nesse modelo de sociabilidade que não tolera o “atrasado”, o “feio” e o improdutivo.

A pesquisa de Romero et al. (2021) analisou dados de 9.173 participantes com idade igual ou superior a 60 anos, revelando que a atividade econômica era comum entre as pessoas idosas, sendo que metade dessa população havia trabalhado antes da pandemia, principalmente sem vínculo empregatício. No entanto, durante a pandemia, houve uma significativa diminuição na proporção de pessoas idosas com vínculo empregatício, com apenas 8,3% continuando a trabalhar normalmente e 21,2% trabalhando em casa. Cerca de um terço das pessoas idosas realizou atividades essenciais, mas a renda familiar foi baixa para aproximadamente um terço deles, e quase metade dos domicílios de idosos experimentou uma diminuição na renda durante o período. Além disso, alguns desses sujeitos relataram uma piora em sua saúde durante esse período manifestando sentimentos de solidão, ansiedade, nervosismo, tristeza e depressão em decorrência do isolamento social e da vulnerabilidade econômica.

Esses resultados destacam os impactos significativos que a pandemia teve sobre a população idosa, tanto em termos econômicos quanto de saúde mental e bem-estar. Assim, conforme Costa et al. (2017), o envelhecimento com dignidade não é uma realidade para todos. A discrepância dos níveis de bem-estar revela a dificuldade enfrentada pelos velhos trabalhadores em ter uma boa velhice enquanto os de classe abastada usufruem dessa prerrogativa sem nenhum ônus. A ausência de condições adequadas de trabalho, moradia e alimentação culminam em uma velhice marcada por doenças e solidão, limitando o convívio social e restringindo-se, muitas vezes, ao ambiente familiar.

Essa configuração também é refletida no número acentuado de óbitos de pessoas idosas pela pandemia. Mesmo que tenha sido declarado o encerramento da crise sanitária de Covid-19 em 2023 (OMS, 2023), é importante destacar que o vírus ainda continua circulando entre a população e causando perdas significativas, principalmente entre os grupos mais vulneráveis, que têm sido afetados desde o início da pandemia. De acordo com o Boletim Epidemiológico



do Ministério da Saúde (Brasil, 2023), a população brasileira com 60 anos ou mais tem sido a mais afetada pela Covid-19, apresentando o maior número de óbitos desde o início da pandemia. Para ilustrar o cenário atual, entre janeiro e maio de 2023, as pessoas idosas representaram cerca de 82% dos registros de óbitos, totalizando aproximadamente 3.401 vidas perdidas.

Reis (2021) refere que o Brasil foi liderado durante a pandemia da Covid-19 por um presidente cujo desdém pela ciência e pela vida colocou em risco a saúde da população brasileira e suscitou preocupações ao redor do mundo devido às possibilidades de surgimento de variantes mais letais do coronavírus. As declarações do presidente Jair Bolsonaro e a ausência de medidas do Estado para proteger as pessoas idosas tiveram um efeito direto no aumento de óbitos e casos de infecção, incentivando uma espécie de gerontocídio, além de influenciar a falta de autocuidado por parte da população. Embora não exista uma pesquisa específica sobre o impacto das declarações e ações do presidente sobre as pessoas idosas, é viável considerar essa possibilidade ao examinar os dados das intenções de voto entre pessoas acima de 60 anos.

Não obstante, a pandemia da Covid-19 também trouxe à luz a preocupante questão da violência contra as pessoas idosas, que se tornou um problema relevante na realidade brasileira. Durante os meses de maior isolamento social, – primeiro semestre de 2020 a contar de março – as denúncias de violência contra as pessoas idosas aumentaram consideravelmente no Brasil. Em março, foram registradas três mil denúncias, em abril foram oito mil, e em maio, dezessete mil. Essas denúncias referentes ao período de isolamento social até junho de 2020 ultrapassaram 60% do número total registrado ao longo de todo o ano de 2019. De acordo com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 83% das agressões partiram de familiares, um dado preocupante que demanda intervenções públicas severas a fim de dissipar essa triste realidade que parte, muitas vezes, de dentro do próprio lar (Brasil, 2020).

Os reflexos do aumento da violência contra a pessoa idosa no âmbito da pandemia da Covid-19 nos lançam ao desafio de problematizar a desresponsabilização do papel do Estado na provisão da proteção social ao delegá-la prioritariamente (ou exclusivamente) à família. As dificuldades do convívio intergeracional têm provocado o questionamento sobre até que ponto a família está devidamente preparada para assumir o protagonismo do cuidado. Essa e outras





questões descortinam o futuro da velhice nesse país que considera as suas pessoas idosas como sub-categoria humana.

## **CONCLUSÃO**

Bolsonaro surgiu em meio a uma onda conservadora-reacionária no Brasil, e mesmo sendo derrotado posteriormente em 2022, seu governo deixou um legado de regressão social e continuará exercendo influência política negativa. Durante a pandemia, sua necropolítica refletiu anos de inserção do neoliberalismo na esfera política do país fortalecendo tendências autoritárias e a privatização de serviços públicos. Como resultado, o cenário de escárnio vivenciado pela população brasileira é resultado de uma série de eventos históricos e não apenas de um evento isolado.

A análise da pandemia de Covid-19 -19 revelou um cenário preocupante onde o poder do grande capital restringe as opções políticas na sociedade capitalista, perpetuando desigualdades em favor de uma minoria privilegiada. O governo Bolsonaro, seguindo uma abordagem neoliberal, negligenciou os mais vulneráveis, priorizando os interesses do mercado e enfraquecendo o sistema de saúde. As suas medidas provocaram sofrimentos e mortes para a população, evidenciando a conexão entre neoliberalismo e necropolítica onde o bem-estar coletivo fica em segundo plano diante da concentração de poder e riqueza.

A pandemia de Covid-19 expôs a vulnerabilidade das pessoas idosas no Brasil destacando a necessidade de uma abordagem mais atenciosa e protetora para essa parcela da população, especialmente em relação ao alto índice de denúncias de violência contra esse segmento durante o período de isolamento. O elevado número de óbitos entre as pessoas idosas durante a crise sanitária reforça a urgência de políticas que visem garantir seu bem-estar e dignidade, especialmente em um contexto em que a liderança política desconsiderou medidas de proteção e desvalorizou a ciência. As evidências sugerem que as declarações e ações do presidente Bolsonaro influenciaram a falta de autocuidado a população que contribuíram para o aumento de infecções e mortes. Essa situação destaca a importância de uma postura responsável e baseada em evidências científicas por parte das autoridades governamentais para enfrentar desafios de saúde pública, protegendo especialmente os grupos mais vulneráveis, como as pessoas idosas.



Portanto, frente à problemática, é imprescindível adotar uma abordagem humanizada e inclusiva em relação às pessoas idosas. É vital reconhecer e valorizar as suas contribuições para a sociedade para além do aspecto produtivo. A implementação de medidas de proteção social, suporte financeiro e assistência médica adequada é fundamental para garantir o bem-estar e a dignidade desse segmento social, especialmente em crises como a pandemia de Covid-19.

Além disso, é fundamental que líderes políticos e governantes assumam o compromisso de adotar políticas de saúde embasadas em evidências científicas, visando proteger toda a população, incluindo as pessoas idosas, contra ameaças sanitárias. Paralelamente, é imprescindível implementar políticas de conscientização quanto a violência contra essas pessoas, fornecendo mecanismo de apoio às vítimas e punição para os agressores, além de fortalecer as redes de proteção social para enfrentar esse grave problema em nossa sociedade.

A proteção das pessoas idosas, especialmente dentro de suas próprias famílias, deve ser uma prioridade da agenda social e dos direitos humanos. A promoção de uma cultura de solidariedade e cuidado mútuo desempenha um papel crucial na superação dos desafios trazidos pela pandemia e na construção de uma sociedade resiliente e justa para todas as gerações. Nesse contexto, é urgente que as políticas públicas estejam voltadas para a promoção da inclusão, respeito e proteção das pessoas idosas, assegurando-lhes uma vida digna e livre de violência.

#### **REFERÊNCIAS:**

A BALADA DE NARAYAMA. Direção: Keisuke Kinoshita. Produção de Toei Company. Japão: Shochiku Home Video, 1983. 1 DVD.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Não passarão**: ofensiva neoconservadora e Serviço Social. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BEAUVOIR, Simone de Beauvoir. **A velhice**. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Editora: Nova Fronteira, 1990.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Relatório anual do Disque 100**. Brasil, 2020. [https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-deconteudo/disque100/relatorio-2019\\_disque-100.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-deconteudo/disque100/relatorio-2019_disque-100.pdf) Acesso em 23 de jun de 2023.



BRASIL, Ministério da Saúde. **Boletim Epidemiológico N° 151 - Boletim COE Coronavírus.** Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-deconteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/covid-19/2023/boletim-epidemiologico-no151-boletim-coe-coronavirus/view> Acesso em 10 de jul de 2023.

BRASIL. Lei nº 10.741, 1 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm) Acesso em 23 de jun de 2023.

BRAZ, Marcelo. **O Brasil atual e tragédia bolsonarista: elementos históricos e conjunturais para pensar o projeto ético-político.** In: Diálogos do Cotidiano – assistente social: reflexões sobre o trabalho profissional, CADERNO 2. CFESS, Brasília (DF), 2022.

CASARA, Rubens. **Contra a Miséria Neoliberal: racionalidade, normatividade e imaginário.** São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

COFEN, Conselho Federal de Enfermagem. **Após milhões de mortos em 3 anos, OMS decreta fim de emergência da covid-19.** Brasil, 2023. Disponível em: [http://www.cofen.gov.br/apos-milhoes-de-mortos-em-3-anos-oms-decreta-fim-deemergencia-da-covid-19\\_108179.html](http://www.cofen.gov.br/apos-milhoes-de-mortos-em-3-anos-oms-decreta-fim-deemergencia-da-covid-19_108179.html) Acesso em 10 de jul de 2023.

COSTA, Joice et al. **Aproximações e ensaios sobre a velhice.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

DEBERT, Guita Grin. **A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: histórias e implicações.** Trad. Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.



HENNING, Carlos Eduardo. **Nem no mesmo barco nem nos mesmos mares: gerontocídios, práticas necropolíticas de governo e discursos sobre velhices na pandemia da Covid-19.**

Revista Cadernos de Campo, v. 29, n. 1. São Paulo: USP, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade.** São Paulo: Cortez, 1998.

KELLER, Suéllen Bezerra Alves. **A Ofensiva do Conservadorismo: Serviço Social em Tempos de Crise.** 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política** – Livro 1. Rio de Janeiro: Boitempo, 2011.

NETO, Samuel Ribeiro dos Santos. **O Geronticídio no Brasil da Pandemia.** Comciência - Revista Eletrônica de Jornalismo Científico. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.comciencia.br/o-geronticidio-no-brasil-da-pandemia/> Acesso em 11 de dez. 2023

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **COVID-19 e pessoas idosas.** Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/envelhecimento-saudavel/covid-19-e-pessoas-idosas>. Acesso em: 10 de jul de 2023.

OPAS, Organização Pan-Americana da Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19.** Brasil, 2023. Disponível em: <https://rb.gy/8jwzt> Acesso em 10 de jul de 2023.

REIS, Aparecido Francisco dos. **Da bio à necropolítica:** a política de saúde, narrativas e ações do neoliberalismo do governo Bolsonaro e seus impactos junto aos idosos na pandemia de Covid-19. Revista Katálysis [Internet]. Maio de 2022; 25(2): 392–403. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82854>



ROMERO, Dalia Elena et al. **Idosos no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil:** efeitos nas condições de saúde, renda e trabalho. Cadernos de Saúde Pública, v. 37, n. 3, p. e00216620, 2021.

PONCE DE LEÃO, Alice Alves Menezes. **Serviço Social e Velhice:** perspectivas para o trabalho do assistente social na promoção à saúde do idoso. Manaus: EDUA, 2015.

SCHUCH, Patrice; VÍCTORA, Ceres Gomes; SIQUEIRA, Monalise Dias de. Cuidado e controle na gestão da velhice em tempos de Covid-19. In: **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil:** populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. MATTA, Gustavo Corrêa et. al. (organizadores). Editora Fiocruz: Rio de Janeiro, 2021.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **Conservadorismo moderno:** esboço para uma aproximação. Serviço Social & Sociedade, n. 122, p. 199-223. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0199.pdf>.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital** – Implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo, Cortez: 2008.

VERONEZE, Renato Tadeu. **A Política de Assistência Social brasileira e a ameaça temerária aos direitos sociais.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 16, n. 2, p. 345-359, 2017. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3215/321554297006/html/>

**Artigo recebido em: dezembro/2023**

**Artigo aceito em: março/2024**